

1 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONJUNTA DOS COMITÊS DE BACIAS**
2 **HIDROGRÁFICAS DE GOIÁS**

3 Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, teve início
4 a Reunião Extraordinária Conjunta dos Comitês de Bacias Hidrográficas de Goiás, realizada
5 por videoconferência na plataforma Zoom. O Sr. Thiago Castro, presidente do Comitê dos
6 Afluentes Goianos do Rio Araguaia e representante da FAEG, conduziu a sessão e informou
7 o cumprimento do calendário de atividades do segundo semestre de dois mil e vinte e cinco.
8 Solicitou que os representantes dos Comitês registrassem no chat seus nomes e respectivos
9 comitês, para fins de comprovação e inclusão na presente ata. No âmbito desta sessão,
10 ocorreram também as reuniões extraordinárias individuais: 11^a do Comitê do Baixo
11 Paranaíba, 15^a do Comitê do Rio dos Bois, 25^a do Comitê do Rio Meia Ponte, 5^a do Comitê
12 dos Afluentes Goianos do Rio Araguaia (AGORA) e 23^a do Comitê dos Rios Corumbá,
13 Veríssimo e porção goiana do São Marcos (CVSM). **Item 1. Abertura: O Sr. Thiago Castro**
14 **de Oliveira** – presidente CBH AGORA, deu as boas-vindas aos membros e abriu a palavra
15 para os presidentes dos comitês. O **Sr. Fábio Floriano Haesbaert** - presidente CBH CVSM,
16 agradeceu a oportunidade e mencionou uma iniciativa recente em Rio Quente, onde destacou
17 a importância da gestão de resíduos e da preservação hídrica. Em seguida, o **Sr. João**
18 **Ricardo Raiser**, presidente do CBH Paranaíba, reforçou a articulação entre os comitês e o
19 fortalecimento da gestão de recursos hídricos no estado de Goiás. Citou a instalação do
20 ecoponto em Rio Quente, um projeto de R\$ 660.000 financiado pelo CBH Paranaíba em
21 parceria com a Secretaria da Indústria e órgãos municipais, como um exemplo concreto da
22 integração de políticas públicas e da necessidade de apresentar resultados à sociedade. A
23 palavra foi aberta pela Sra. **Ana Paula Montenegro Generino** – ANA, que cumprimentou os
24 participantes e expressou satisfação em participar da reunião. Mencionou a necessidade de
25 aprofundar o trabalho sobre o enquadramento, a fim de pactuar questões essenciais para a
26 conclusão da etapa das alternativas de enquadramento. O **Sr. Thiago Castro de Oliveira** -
27 presidente agradeceu a participação da representante da ANA, em seguida, deu início à
28 ordem do dia, referente à apresentação e avaliação sobre a implementação do Plano Estadual
29 de Recursos Hídricos (PERH), conduzida pela SEMAD, e convidou o Sr. Pedro Paulo Alves
30 Godói, representante da SEMAD, para realizar a apresentação. **Item 2. Apresentação da**

31 **avaliação sobre a Implementação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) -**
32 **SEMAD/GEPAC.** O **Sr. Pedro Paulo Alves Godói** – SEMAD destacou a importância do
33 encontro ao reunir representantes de todo o Estado, distribuídos em cinco comitês, como
34 propósito de apresentar a avaliação do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) como
35 parte da revisão do planejamento estadual. Incentivou os representantes a se manifestarem,
36 apresentando as necessidades e demandas de suas localidades para que o planejamento
37 fosse alinhado com as ações necessárias. A **Sra. Ana Luiza Duarte de Abreu** – SEMAD
38 complementou, esclarecendo que a avaliação constitui a etapa inicial da revisão do plano
39 estadual. Explicou que a metodologia utilizada segue o manual da Agência Nacional de Águas
40 (ANA), baseada em indicadores, e que os dados coletados serão empregados no diagnóstico,
41 prognóstico e na elaboração de um plano de ação com medidas efetivas e prioritárias para
42 cada bacia, acompanhadas da previsão de recursos. Em seguida, cedeu a palavra ao Sr.
43 Pedro Paulo para prosseguir com a apresentação. O **Sr. Pedro Paulo Alves de Godoi** -
44 SEMAD iniciou sua apresentação sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Informou que
45 o plano, elaborado entre 2013 e 2015, com vigência de 2016 a 2035 e, até o momento, não
46 havia sido avaliado. Explicou que a divisão hidrográfica de Goiás foi definida em 2002 por
47 uma resolução do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, criando 11 Unidades de
48 Planejamento e Gerenciamento de Recursos Hídricos (UPGRHs), cada uma com estratégias
49 de gestão específicas. Destacou que o sistema de governança envolve colegiados e órgãos
50 gestores, contemplando os comitês Meia Ponte, Rio dos Bois, CVSM, Baixo Paranaíba,
51 AGORA e, em breve, o AGITOS, aguardando decreto de criação. Esclareceu que o PERH
52 orienta estrategicamente a implementação da política estadual de recursos hídricos, com
53 pactuação entre os diversos entes envolvidos. Apontou a necessidade de identificar lacunas,
54 obstáculos e avanços alcançados, ajustar a implementação e compreender as ações que não
55 foram executadas. Informou que o plano possui três componentes, 18 programas, 52
56 subprogramas e 107 ações, com previsão de investimentos para sua execução e esclareceu
57 que a avaliação realizada se concentrou nos componentes de gestão de recursos hídricos e
58 bases para gestão, excluindo projetos e obras de saneamento. Esclareceu que a avaliação
59 adotou a metodologia do Manual da ANA (2021), no qual a metodologia subdivide os
60 subprogramas em ações, quadros-síntese de indicadores e pontuações, o que possibilitou
61 uma visão geral do andamento do plano desde sua elaboração. Ressaltou que, embora tenha

62 exigido ajustes, a metodologia se mostrou uma base consistente para a compreensão do
63 cenário atual em Goiás. Explicou que o Plano Estadual de Recursos Hídricos compreendeu
64 cinco ciclos de implementação, cada um com duração de quatro anos, iniciados em 2016 e
65 com marcos estabelecidos para 2019, 2023, 2027 e 2031. Esclareceu que cada ação
66 apresentou início e término vinculados a esses marcos, podendo se estender por mais de um
67 ciclo, o que dificultou a fixação de prazos exatos para a execução de cada etapa. Em seguida,
68 apresentou um panorama comparativo da avaliação. A meta para 2024 era de 34% das ações
69 concluídas e 50% iniciadas. No entanto, a avaliação revelou que 32% das ações foram
70 concluídas (2% abaixo do previsto), enquanto 30% foram iniciadas, resultando em uma
71 defasagem de 20% em relação ao esperado. Identificou que o maior desafio corresponde às
72 ações que deveriam ter sido iniciadas e ainda não avançaram, representando cerca de um
73 quarto do planejamento. Registrou, por outro lado, que algumas ações, como o cadastro de
74 barragens, foram concluídas antes do prazo. Informou que o índice geral de implementação
75 do plano em 2024 alcançou 55,9%, enquadrando-se na classificação de condição "boa".
76 Ressaltou que, embora o plano não tenha sido totalmente executado, o sistema e os órgãos
77 gestores entregaram a maior parte do que foi previsto. Mencionou a prioridade em integrar a
78 avaliação com o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e destacou a implementação
79 bem-sucedida do Sistema de Informação sobre Recursos Hídricos de Goiás (SIRHGO) link:
80 <https://portal.meioambiente.go.gov.br/transparencia-web/sirhgo>, uma ferramenta essencial
81 para o monitoramento contínuo, que possibilitará ajustes finos na execução futura das ações.
82 Expôs que as avaliações realizadas possibilitaram ajustes no planejamento do PERH, com
83 foco nas ações não iniciadas e atrasadas. Registrou que o plano possui caráter deliberativo,
84 pactuado entre o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, os comitês de bacias e os órgãos
85 gestores, servindo como referência consolidada para a implementação dos instrumentos de
86 gestão. Informou que a implementação apresentou maior índice nas ações conduzidas
87 diretamente pelo órgão gestor, como fortalecimento institucional e estruturação da base para
88 gestão. Indicou que as ações dependentes de estudos e contratações apresentaram menor
89 nível de execução. Destacou os avanços a estruturação e capacitação dos comitês, a
90 implementação da cobrança e a definição da entidade delegatária. Destacou a conclusão
91 antecipada do inventário e do estudo de segurança de barragens, bem como o
92 estabelecimento de critérios para outorga de lançamentos em afluentes. Apontou os desafios

93 a reformulação da lei estadual, os atrasos na atualização do plano, a ampliação da
94 fiscalização e do monitoramento e a necessidade de maior mobilização social. Reforçou a
95 importância de planejamento coordenado e solicitou contribuições do comitê em cinco pontos
96 prioritários. Informou que o relatório estará disponível em breve no SIRHGO e que o painel já
97 se encontra acessível. Enfatizou a importância dos comitês analisarem o documento, bem
98 como os relatórios dos afluentes do Paranaíba, e apresentarem sugestões para aprimorar a
99 gestão dos recursos hídricos em Goiás. Encerrou a apresentação e passou a palavra ao
100 presidente, que apresentou um resumo da sessão e reforçou que a reunião extraordinária
101 tinha como pauta a avaliação do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Reconheceu a
102 qualidade da exposição da SEMAD e a clareza do sistema SIRHGO, e pediu aos participantes
103 que mantivessem o foco na pauta principal, lembrando-os que outro item ainda seria
104 discutido. O **Sr. Marcos Francisco Cabral - Instituto Altair Sales** abordou a alteração da
105 Resolução CONAMA nº 430, reforçou a importância de acompanhar sua implementação para
106 o plano de bacia do Paranaíba. Indagou se o *Componente 3* considerou as áreas de
107 vulnerabilidade e se o plano utilizou informações primárias. Destacou que a drenagem urbana
108 depende da gestão municipal e dos planos diretores, observou-se que muitos municípios não
109 possuem plano diretor ou plano municipal de recursos hídricos. Alertou que a maioria dos
110 aterros irregulares se localiza em cabeceiras de nascentes e questionou a adequação do
111 orçamento destinado à da educação ambiental, considerada essencial para sua garantir sua
112 efetividade de forma contínua. O **Sr. Pedro Paulo Alves de Godoi - SEMAD** respondeu aos
113 questionamentos do Sr. Marcos Cabral, informou que as vulnerabilidades são tratadas no
114 Componente 3, nos subprogramas 3B1 (avaliação e monitoramento dos impactos de
115 variações climáticas) e 3B2 (planos de ação para eventos hidrológicos extremos), cujo índice
116 de implementação permanece zero, pois as ações não foram iniciadas. Esclareceu que a
117 avaliação utilizou informações primárias da SEMAD e dados secundários, incluindo a rede de
118 monitoramento hidrológico de outras instituições. Abordou a drenagem urbana e observou
119 que a articulação entre o Plano Estadual e os planos municipais de saneamento básico ou
120 setoriais apresentou execução insuficiente, o que evidenciou fragilidade na integração entre
121 o órgão gestor e os comitês no processo de planejamento integrado. Relatou que a educação
122 ambiental, inserida no componente de mobilização, também apresentou problemas de
123 execução. Por fim, ressaltou que os principais desafios e lacunas do plano foram identificados

124 com precisão e serão tratados na etapa de revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

125 A **Sra. Ana Luiza Duarte de Abreu** - SEMAD, complementou a apresentação do Sr. Pedro

126 Paulo Alves de Godói. Esclareceu que a avaliação dos planos estaduais de recursos hídricos

127 identificou pontos críticos, como a execução nula dos subprogramas de eventos extremos.

128 No entanto, informou que algumas melhorias já estão em andamento, como a intensificação

129 da fiscalização e a expansão da rede de monitoramento. Destacou a articulação com planos

130 setoriais, citando o acompanhamento do plano de drenagem municipal e do plano de

131 regionalização de saneamento. Esclareceu que todos os resultados e justificativas dos

132 programas estarão disponíveis no Business Intelligence (BI), permitindo aos comitês

133 analisarem as informações e contribuir para o aprimoramento da implementação do Plano

134 Estadual de Recursos Hídricos. O **Sr. Fábio Floriano Haesbaert** - AMAT solicitou

135 esclarecimentos sobre os investimentos previstos para o plano. Questionou a origem dos

136 recursos, o montante já aplicado e a possibilidade de utilização futura para ações de

137 monitoramento e fiscalização. O **Sr. Paulo Henrique de Almeida** – SANEAGO parabenizou

138 a SEMAD e os comitês pelo trabalho na estruturação dos instrumentos da política de recursos

139 hídricos de Goiás. Observou-se que alguns instrumentos já estão implementados, enquanto

140 outros permanecem sem aplicação prática, citando enquadramento e cobrança como

141 exemplos. Destacou a urgência de aplicar todos os instrumentos de forma coordenada,

142 ressaltou a dependência da política estadual de recursos financeiros, estrutura física e

143 suporte político, e alertou que atrasos podem comprometer todos os usos da água. Reforçou

144 a importância de que o enquadramento funcione como instrumento transversal, integre os

145 demais instrumentos de gestão e assegure impacto efetivo na política de recursos

146 hídrico em Goiás. Em resposta às questões levantadas pelo Sr. Fábio Floriano Haesbaert e

147 pelo Sr. Paulo Henrique de Almeida, representantes da SEMAD/GEPAC esclareceram que

148 os valores previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos para projetos e obras de

149 saneamento e infraestrutura hídrica encontram-se no próprio plano, mas, por fugirem da

150 governança do sistema, foram excluídos da avaliação. Informaram que os recursos sob

151 gestão direta da SEMAD/GEPAC destinam-se à execução das ações de gestão, porém não

152 foi possível rastrear o custo das ações já realizadas. Registrou que a implementação de

153 instrumentos como enquadramento e cobrança enfrenta desafios setoriais e de tempo,

154 embora os processos estejam em desenvolvimento ou aprovação, incluindo a contratação da

155 entidade delegatária e a implementação gradual dos planos de aplicação. Esclareceram que
156 os valores previstos correspondem a estimativas e não a recursos sob controle direto da
157 SEMAD, motivo pelo qual o foco recaiu sobre as ações de sua responsabilidade,
158 denominadas “agenda azul”. Informou que, o programa de efetivação do enquadramento será
159 conduzido pelo PIRH, com participação da Saneago, com o propósito de estabelecer metas
160 objetivas, definir ações prioritárias e reorganizar o Plano Estadual, a fim de assegurar a
161 aplicação efetiva dos recursos nos planos de bacia e no enquadramento em todo o Estado.

162 O **Sr. Fábio Bakker Isaías** – Vice-presidente do CBH Paranaíba parabenizou a
163 apresentação e contextualizou a discussão, explicou que o objetivo da reunião era engajar
164 os comitês afluentes goianos na revisão do Plano Integrado de Recursos Hídricos (PIRH)
165 Paranaíba. Ressaltou a importância de o plano ser atualizado, refletir a realidade da bacia e
166 garantir sua aplicação. Afirmou que o processo de revisão está em um momento crucial,
167 focado na construção do plano de ações e do enquadramento para os afluentes. Enfatizou
168 que a participação ativa dos comitês é fundamental para que o plano considere os desafios
169 reais, promovendo a sinergia entre as ações do plano interestadual e as dos comitês
170 afluentes. Destacou a necessidade de construir o plano de forma "de baixo para cima", para
171 que as necessidades dos afluentes orientem o documento, evitando soluções impostas.

172 Finalizou e deu-se início à próxima pauta. **Item 2.1. Apresentação das etapas,**
173 **envolvimento e participação dos comitês goianos no processo de atualização do plano**
174 **integrado de recursos hídricos do Paranaíba.** O **Sr. Flávio Roque** - ABHA apresentou o
175 processo de atualização do PIRH Paranaíba e destacou a compatibilização entre o plano
176 interestadual e os afluentes goianos. Informou que o termo de referência foi concluído em
177 2022, revisado em 2023, o plano de trabalho finalizado em março de 2024, o diagnóstico
178 discutido de junho a dezembro de 2024 e o prognóstico em 2025, com ajustes para refletir as
179 mudanças climáticas e as condições atuais da bacia. Esclareceu que o consórcio Engecorps
180 e Profill, reconhecido no mercado, conduziu o trabalho. Relatou que as discussões ocorreram
181 em diversas instâncias do CBH Paranaíba, com participação de órgãos gestores estaduais e
182 federais, e que o prognóstico consolidado foi aprovado, enquanto a nota técnica permanece
183 em elaboração. Enfatizou que a participação nas consultas públicas é fundamental para a
184 definição do enquadramento e do plano de ações da bacia. A **Sra. Kamila Almeida** - ABHA,
185 deu continuidade à apresentação e Recordou que a cobrança pelo uso de recursos hídricos

186 teve início em Goiás em 2025. Informou que o diagnóstico identificou o potencial de
187 arrecadação e detalhou as áreas de uso da água, com predominância da agricultura e da
188 pastagem. Apresentou dados sobre irrigação, abastecimento de água e índices de tratamento
189 de esgoto, além de apontar lacunas nos municípios do Baixo Paranaíba, Rio dos Bois, Meia
190 Ponte e CVSM. Mencionou que o diagnóstico incluiu o levantamento dos planos municipais
191 de saneamento, o qual evidenciou a existência de lixões e aterros na bacia. Apresentou o
192 balanço hídrico, com o uso dos indicadores Q95 e QMLT para avaliar a disponibilidade de
193 água. Esclareceu que o diagnóstico e o prognóstico da bacia foram subsidiados por reuniões
194 presenciais e online dos grupos de trabalho, com o objetivo de coletar informações sobre as
195 demandas hídricas. Registrou que Goiás possui um enquadramento aprovado, enquanto
196 Minas Gerais e Mato Grosso do Sul apresentam lacunas, e sugeriu a inclusão de novos
197 parâmetros de qualidade da água, além do DBO. Apontou os trechos críticos da bacia, com
198 simulações que consideraram diferentes níveis de eficiência de tratamento de esgoto.
199 Concluiu que o processo possibilitou a identificação de ajustes necessários, fornecendo
200 subsídios técnicos para a atualização do documento. O **Sr. João Ricardo Raiser** - SEMAD
201 salientou que o encontro tinha como objetivo resgatar o esforço de construção do plano e
202 destacou a relevância do momento atual. Enfatizou que as etapas de enquadramento e do
203 plano de ações definirão a gestão da bacia para os próximos 20 anos. Reforçou a
204 necessidade de integração entre os comitês e solicitou à Sra. Kamila Almeida - ABHA a
205 confirmação das datas previstas para análises e encaminhamentos, incentivando a
206 participação de todos. O **Sr. Marcos Francisco Cabral** - Instituto Altair Sales parabenizou as
207 apresentações. Destacou a relevância da gestão das águas subterrâneas para assegurar a
208 qualidade e a quantidade no abastecimento. Mencionou as experiências do Projeto Aquífero
209 Guarani e apontou a participação ainda incipiente dos comitês nesse tema. Recomendou
210 maior articulação dos comitês com o órgão gestor para a implementação do plano estadual
211 de águas subterrâneas. Por fim, acrescentou sua preocupação com a situação do Rio
212 Verdinho, citou o lançamento de esgoto e resíduos industriais em seu manancial, e questionou
213 a linha de atuação prevista para enfrentar essa questão. Em resposta, o **Sr. João Ricardo**
214 **Raiser** - SEMAD/CBH esclareceu que, por questões de legislação, os comitês federais não
215 tratam diretamente de águas subterrâneas. No entanto, o tema está incorporado aos estudos
216 do PIRH Paranaíba para buscar a integração com as águas superficiais. Esclareceu que a

217 decisão sobre o enquadramento do Rio Verdinho e a situação de poluição compete ao Comitê
218 de Bacia dos Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba, e não ao comitê federal. A **Sra. Ana**
219 **Paula Generino** - ANA aproveitou a presença dos Comitês Afluentes Goianos para propor
220 a atualização dos critérios de enquadramento das águas superficiais do Paranaíba. Explicou
221 que o modelo atual utiliza apenas a DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio) e defendeu a
222 inclusão de coliformes termotolerantes, fósforo e nitrato. Esclareceu que a escolha dos
223 parâmetros deve considerar os usos da água, o que permite a exclusão de itens que não
224 apresentem relevância em determinados trechos, como o fósforo em rios sem ambientes
225 lênticos ou coliformes em áreas que não têm balneabilidade. Por fim, solicitou a manifestação
226 dos participantes para pactuar a proposta, destacando que essa definição terá impacto direto
227 nas próximas etapas do plano. A **Sra. Yara Vanessa Portuguese Fonseca** - SANEAGO
228 solicitou parâmetros para avaliação, observou que nem todas as estações estavam
229 preparadas para remoções e que algumas ainda seriam instaladas, e afirmou ser necessária
230 a verificação da compatibilidade das simulações. O **Sr. João Ricardo Raiser** - Presidente
231 CBH Paranaíba/SEMAD propôs que os comitês avaliem os impactos da mudança em suas
232 bacias e definam posição sobre o enquadramento, e ressaltou que a decisão deve ser tomada
233 para dar continuidade ao plano, cujo enquadramento do Paranaíba existe desde 2013 com
234 parâmetros similares. A **Sra. Ana Paula Generino** - ANA apresentou esclarecimentos sobre
235 a proposta de enquadramento. Corrigiu a informação de que a iniciativa partiria
236 exclusivamente da Agência Nacional de Águas, registrando que o documento vem sendo
237 construído de forma articulada com os comitês afluentes e o CBH Paranaíba. Explicou que a
238 inclusão do fósforo como parâmetro não tem por objetivo exigir tratamento terciário em todas
239 as estações de esgoto. Assinalou que os novos parâmetros devem servir como referência,
240 com aplicação flexível da legislação, considerando os usos previstos e as cargas existentes
241 em cada trecho. Enfatizou que a proposta busca viabilizar o monitoramento da qualidade da
242 água e o alcance das metas estabelecidas. O **Sr. Marcos Cabral Francisco** - Instituto Altair
243 Sales parabenizou a Sra. Ana Generino (ANA) e concordou que a proposta de
244 enquadramento se alinha à Resolução CONAMA 430. Registrou a dificuldade de tratar o
245 saneamento rural em curto e médio prazo, pois muitas residências lançam efluentes
246 diretamente nos rios. Finalizou reforçando a necessidade de atenção às águas subterrâneas
247 e solicitou que os comitês cobrem dos órgãos estaduais a implementação desse instrumento.

248 O **Sr. Fábio Floriano Haesbaert** - presidente CBH CVSM complementou o questionamento
249 sobre as águas subterrâneas. Informou que o CBH Paranaíba possui um grupo de trabalho
250 focado no tema e expressou confiança de que a iniciativa suprirá a lacuna de dados e a
251 deficiência da legislação, resultando em orientações adequadas para o plano. A **Sra. Yara**
252 **Vanessa Portugal Fonseca - SANEAGO** parabenizou e agradeceu a todos pelo resumo
253 dos acontecimentos. Concordou que a discussão sobre a ampliação dos parâmetros de
254 enquadramento é necessária, mas sugeriu que o tema seja levado como "dever de casa" aos
255 comitês, pois não seria adequada a decisão em uma única reunião. Destacou o ponto de vista
256 do setor de saneamento e, ressaltou o alto impacto de alterações nos parâmetros, que afetam
257 tanto as estruturas já instaladas quanto o monitoramento e o cumprimento das metas.
258 Registrou preocupação com a diferença entre a teoria e a prática, citando casos em que a
259 flexibilidade prometida não foi aplicada, e enfatizou que as regras devem ser claras desde o
260 início, sem ambiguidades. Ressaltou que os novos padrões de enquadramento devem ser
261 discutidos com cautela para garantir compatibilização com a Resolução CONAMA 430, a
262 outorga de lançamento e diluição, e os projetos e estruturas já existentes, assim como os
263 compromissos de saneamento assumidos por companhias e municípios. Concluiu que, para
264 o setor de saneamento, a questão exige análise criteriosa e não deve ser definida na presente
265 reunião. O **Sr. Aurélio Alves Miranda** - IRRIGO levantou uma questão técnica sobre a
266 metodologia de vazão de estiagem. Argumentou que adotar um padrão de "estiagem eterna"
267 não reflete a realidade de algumas regiões, onde o problema é de gestão e não de falta de
268 água. Propôs que o grupo repense essa abordagem para que o plano de enquadramento se
269 baseie em dados mais realistas. Por fim, se colocou à disposição para colaborar com o tema.
270 O **Sr. Wilson Shimizu** - Coordenador do Grupo de Trabalho do PIRH parabenizou os
271 participantes e destacou a ampla presença no processo de revisão do plano. Reforçou que o
272 documento aborda agendas como saneamento, mudanças climáticas, segurança de
273 barragens, navegação e águas subterrâneas, devendo servir como instrumento para
274 fortalecer políticas em toda a bacia. Solicitou o envio de contribuições até 5 de setembro e
275 pediu participação ativa dos comitês, alertando que, sem esse envolvimento, o plano poderá
276 se limitar a um documento técnico de difícil aplicação. Ressaltou que o PIRH abrange toda a
277 bacia do Paranaíba, integrando nove comitês afluentes, e afirmou que a participação efetiva
278 é essencial para gerar mudanças concretas nos próximos 20 anos. Finalizou pedindo à ANA

279 o envio da apresentação das agendas setoriais a todos os participantes. **Item 3. Informes:** O
280 **Sr. Marcos Francisco Cabral - Instituto Altair Sales** comunicou que, com base nos
281 resultados de eventos sobre águas subterrâneas, o estado de Goiás terá cinco pontos de
282 monitoramento a serem instalados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Registrou que
283 um ponto já se encontra em Serranópolis e que os demais serão implantados em Mineiros,
284 Rio Verde, Chapadão do Céu e Tarumã, e destacou esse avanço como importante para a
285 gestão em áreas vulneráveis. Na sequência, o **Sr. João Ricardo Raiser - presidente CBH**
286 **Paranaíba** informou que Goiás e a bacia do Rio Paranaíba concorrem à coordenação do
287 Fórum Nacional de Comitês, com ampla delegação do estado participando do evento, e
288 solicitou apoio para fortalecer a atuação do Fórum com foco nos comitês de bacia. O
289 presidente agradeceu a participação de todos, registrou os encaminhamentos e desejou
290 excelente semana aos presentes. **Item 4. Encerramento.** Nada mais havendo a tratar, o Sr.
291 Thiago Castro de Oliveira - CBH AGORA declarou encerrada a reunião. Eu, Patrícia Sueli
292 Côrtes de Oliveira, colaboradora da Secretaria Executiva, lavrei essa ata que segue assinada
293 pelos Presidentes dos Comitês de Goiás.



José Lucas Rabelo Mendonça

Presidente CBH Baixo Paranaíba



Thiago Castro de Oliveira

Presidente CBH AGORA

Documento assinado digitalmente



ELAINE LOPES NORONHA FARINELLI

Data: 26/11/2025 11:53:27-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Elaine Lopes Noronha Farinelli

Presidente CBH Meia Ponte

Documento assinado digitalmente



FABIO FLORIANO HAESBAERT

Data: 26/11/2025 10:33:17-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Fábio Floriano Haesbaert - AMAT

Presidente CBH CVSM



Reginaldo Passos

Presidente CBH Bois

Lista de presença

Nº	Representante	Entidade
01	João Ricardo Raiser	SEMAD
02	Pedro Paulo Alves Godoi	SEMAD
03	Marcos Aurélio Gomes	SEMAD
04	Carolina Mundim	SEMAD
05	Maria Aparecida de Souza Araújo	SEMAD

**CBH CVSM**Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Rios Corumbá, Veríssimo e porção
Goiana do Rio São Marcos**CBH AGORA**Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Rio Araguaia**CBH BOIS**Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio dos Bois**CBH BAIXO PARANAÍBA**Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

06	Diogo Lourenço Segatti	SEMAD
07	Ana Luiza Duarte de Abreu	SEMAD
08	Stephania Silva Brandão	GEPAC – SEMAD
09	Stella Miranda Menezes	SEAPA
10	Phelipe Cunha	Secretaria Executiva
11	Maria Júlia Daminelli	Secretaria Executiva
12	Patrícia Cortes	Secretaria Executiva
13	Ana Generino	ANA
14	Leonardo Klosovski	CPLAN/ANA
15	Gaetan Dubois	CPLAN/SPP/ANA
16	Rosana Mendes Evangelista	ANA
17	Kamila Almeida	ABHA
18	Flávio Roque	ABHA

19	Wilson Shimizu	GT Plano e Enquadramento CBP Paranaíba
20	Fabio Bakker	CBH Paranaíba
21	Marcijane França Veloso	Prefeitura de Chapadão do Céu
22	Thiago Freitas Vitorino	Prefeitura Municipal de Anápolis
23	Eldimara Oliveira Caires	Prefeitura Municipal de Anicuns
24	Lanucy Janaína de Souza Moraes	Prefeitura Municipal de Jandaia
25	Nubia Maria Gomes	Prefeitura Municipal de Itumbiara
26	Guedes Gonçalves de Souza	Prefeitura Municipal de Bom Jardim de Goiás
27	Danielle Reis	Prefeitura Municipal de Piranhas
28	Carlos Alberto Biella	Prefeitura Municipal de Jataí
29	José Lucas Rabelo Mendonça	Prefeitura Municipal de Quirinópolis
30	Sirdeley Hipólito da Silva	Prefeitura Municipal de Acreúna

31	Andrei Severino Ferreira da Silva	Prefeitura Municipal de Rio Quente
32	Pedro Henrique Baima	Prefeitura Municipal de Goiânia
33	Gessyca Costa	Prefeitura Municipal de Montes Claros de Goiás
34	Thaiomara Alves Silva	Prefeitura Municipal de Iporá
35	José Alves Neto	Prefeitura Municipal de Rio Verde
36	Paulo Lisboa Santana	Prefeitura Municipal de São Miguel do Araguaia
37	Gustavo Evandro Jeronimo Silva	Prefeitura Municipal de Americano do Brasil
38	Venerando Bispo	Prefeitura Municipal de Palminópolis
39	Vitor Augusto de Melo Bastos	Prefeitura Municipal de Ouidor
40	Erik Yosheno	Prefeitura Municipal de Terezópolis
41	Bruna Rodrigues Carriel Junqueira	Prefeitura Municipal de Caldas Novas



CBH CVSM
Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Rios Corumbá, Veríssimo e porção
Goiana do Rio São Marcos



CBH AGORA
Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Rio Araguaia



CBH BOIS
Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio dos Bois



CBH BAIXO PARANAÍBA
Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

42	Klener Alves Rocha Júnior	CODERV
43	Paulo d'Ávila Ferreira	IDESA
44	Pablo Barboza	Sindicato Rural de Cristalina
45	Raphael Mello Moraes Gualberto	SECOVI
46	Ary Soares dos Santos	IDESA
47	Luciano Jaime Peixoto	SIFAEG
48	Jefferson Castilho	AGEAMB
49	Antônio Borges	ABRAPCH
50	Henrique Costa	SENGE
51	Mariusia Aparecida Lima Santos	ABES
52	Jose Vicente Granato de Araujo	ABES-GO
53	Antover Panazzolo Sarmento	UFCAT



CBH CVSM
Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Rios Corumbá, Veríssimo e porção
Goiana do Rio São Marcos



CBH AGORA
Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Rio Araguaia



CBH BOIS
Comitê da Bacia Hidrográfica
do Rio dos Bois



CBH BAIXO PARANAÍBA
Comitê das Bacias Hidrográficas dos
Afluentes Goianos do Baixo Paranaíba

54	Lucimar Marques da Costa Garção	Universidade Estadual de Goiás
55	Álvaro Henrique Cândido de Souza	IF Goiano
56	Antônio Pasqualetto	PUC-GO
57	Rafael Rodrigues de Paiva	SANEAGO
58	Douglas Alves de Souza	SANEAGO
59	Angelina Maria Marcomini Giongo	SANEAGO
60	Andréa Mendes Fonseca e Silva	SANEAGO
61	Paulo Ribeiro Costa	SANEAGO
62	Luciana Calçada	SANEAGO
63	Yara Fonseca	SANEAGO
64	Manoel Messias S. Filho	SANEAGO
65	Lucia Helena Santos Pinheiro	SANEAGO

66	Mario Guerino	SANEAGO
67	Hugo Xavier Moreira	SANEAGO
68	Sávio Roberto de Resende	Fazenda Cachoeira da Ilha
69	Marcos Francisco Cabral	Instituto Altair Sales
70	Angélica Gomes	Fazendas Reunidas Baumgart
71	Antônio Rondon	ONG Araguaia Sustentável
72	Wilson de Azevedo Filho	Companhia Thermas do Rio Quente
73	Fabio F Haesbaert	AMAT
74	Paulo Ricardo da Silva Gonçalves	Industria Alimentícia - Frigorifico Minerva S/A
75	Elaine Lopes Farinelli	FIEG
76	Eduardo Aires	Jaepel Papéis e Embalagens
77	Luciano Vieira Soares	Arcor

78	Leondas Moreira de Andrade	Refrescos Bandeirantes
79	Bruno Stefan De Simoni	Mineração Serra Grande
80	Paulo Roberto Gomes Pereira	UHE Foz do Rio Claro
81	Hellen Cristina A. do Nascimento	Energética Serranópolis
82	Cinthia Danniella Martins	Berc Etanol e Agricultura
83	Daniela Sousa Silva	ATVOS Bioenergia Rio Claro
84	Daniel Augusto Ribeiro	CELGPAP
85	Rowander Alexandre Moura	BRF
86	Rodrigo Gomes Barros	APMPBIOENERGIA
87	Nélio Lima	SENAR
88	Aurélio Alves de Miranda	IRRIGO
89	Juber Henrique Amaral	MP-GO
90	Kelly Patricia de oliveira Almeida	CBH BOIS

91	Aliny	Gerência de Planejamento Ambiental Piranhas
----	-------	--

Registro Fotográfico



